

O PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO NA PROMOÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS: ENTRE O ANALÓGICO E O DIGITAL

Vera Maria Vidal Peroni – UFRGS
veraperoni@gmail.com

Daniela de Oliveira Pires – UFPR
danielaopires77@gmail.com

Introdução

O estudo analisa como as soluções educacionais privadas têm sido transformadas ao longo do tempo, mantendo, no entanto, uma conexão essencial com os interesses do capital. Desde as formas analógicas até a introdução de tecnologias digitais, essas propostas perpetuam uma lógica de mercado que molda a educação pública para atender às demandas capitalistas, em detrimento de um modelo educacional crítico e emancipatório (Mészáros, 2008; Peroni, 2016). A metodologia utilizada foi a análise bibliográfica. Desde a década de 1970, com a ascensão do neoliberalismo, o mercado passou a ser concebido como parâmetro de qualidade e eficiência, e assim, a educação pública precisava ser "resgatada" pelo setor privado. Esse movimento foi intensificado no Brasil nos anos 1990, a partir da aprovação do Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (Brasil, 1995) e da incorporação da lógica gerencialista promovida pela Nova Administração Pública (New Public Management), que transferiu responsabilidades do Estado para o setor privado, especificamente para as entidades público não-estatal, estabelecendo parcerias público-privadas de acordo com o novo modelo de gestão (Peroni, 2016; Pires, 2015). Nesse contexto, o setor privado assumiu um papel salvacionista, oferecendo soluções educacionais que, embora apresentadas como inovadoras, perpetuam o domínio do capital sobre os processos educacionais. Para fins desse estudo, foram empregadas categorias do materialismo histórico-dialético, como a relação entre singular, particular e universal (Lukács, 1967), sujeitos e classe social (Thompson, 1981), democracia (Wood, 2007), correlação de forças e hegemonia (Gramsci, 1989) para compreender as dinâmicas entre público e privado na educação.

Tecnossolucionismo como uma nova etapa do processo privatista

No desenvolvimento do estudo, partimos da premissa de que o público e o privado representam projetos societários em disputa, onde o público está associado ao ideal coletivo e democrático, enquanto o privado reflete os valores e interesses do capital (Peroni, 2020). Dessa forma, a educação é entendida como um campo estratégico para as disputas de classe, sendo um espaço de formação de subjetividades e também de reprodução das condições de exploração. O Instituto Ayrton Senna (IAS) é aqui apresentado como um exemplo da atuação privada na educação pública brasileira. Fundado em 1994, o IAS iniciou suas atividades com programas complementares na escola pública e gradualmente expandiu sua atuação para áreas como formação docente, gestão e avaliação escolar e formulação de políticas públicas. Sob o diagnóstico de que a educação pública enfrentava problemas estruturais, o IAS passou a propor soluções padronizadas, replicáveis e de forte viés tecnocrático (Adrião, Peroni, 2011). Essa atuação reflete o movimento de transição das soluções analógicas para o digital, materializado

pelo desenvolvimento do Sistema Ayrton Senna de Informação (SIASI), que, já nos anos 2000, utilizava tecnologias digitais para monitorar o desempenho escolar e o trabalho docente. Com a chegada da era digital, destacamos o tecnossolucionismo como uma nova etapa do processo privatista (Lima, Peroni, Pires, 2024). Essa perspectiva apresenta as tecnologias digitais como a solução definitiva para os problemas educacionais, ignorando a complexidade social e histórica desses desafios (Morozov, 2011). A pandemia de Covid-19 acelerou a implementação de políticas de digitalização, como a Política de Inovação Educação Conectada (PIEC), a Política Nacional de Educação Digital (PNED) e a Estratégia Nacional Escolas Conectadas (ENEC) (Brasil, 2021; Brasil, 2023). Essas políticas reforçam a ideia de que a transformação digital é essencial para modernizar a educação, mas desconsideram as desigualdades estruturais promovidas pelo sistema capitalista. O tecnossolucionismo deve ser compreendido de forma crítica, na medida em que, promove um processo de despolitização do papel das tecnologias na educação, apresentando-as como neutras e desvinculadas de interesses econômicos e/ou políticos. No entanto, na prática, essas ferramentas reforçam a hegemonia do capital ao instrumentalizar a escola para se adequar ao mercado digital. Organismos como o Banco Mundial e empresas como a Google desempenham papel central nesse processo, promovendo currículos que priorizam competências técnicas e habilidades socioemocionais, enquanto marginalizam a formação crítica e reflexiva (Morozov, 2018; Srnicek, 2018). Sob a lógica do tecnossolucionismo, os currículos são adaptados às demandas do mercado global, enfatizando competências como pensamento computacional e habilidades socioemocionais, como adaptabilidade e criatividade. Essas propostas, embora apresentadas como essenciais para o século XXI, moldam os indivíduos para se adaptarem às condições de precariedade e instabilidade do capitalismo contemporâneo (Mészáros, 2008; Alves, 2023), deslocando a formação educacional para a construção de uma sociedade democrática que permita aos estudantes questionar as contradições do sistema capitalista, é o que definimos como projetos societários em disputa. Assim, é necessário abordar como as soluções digitais intensificam a alienação dos processos educativos e do trabalho docente, o que verificamos em estudos (Peroni, 2020; 2021), acerca da utilização de material didático padronizado e replicado, controle pedagógico e da gestão, avaliação e monitoramento, realizados também por outros institutos privados, além do IAS, já mencionado. As ferramentas digitais intensificam esse processo, ignorando as particularidades das comunidades escolares, resultando em uma visão instrumental da educação, onde o sucesso é medido por metas pré-definidas e indicadores quantitativos (Pires, 2015; Rikowski, 2017). Essa abordagem limita a autonomia dos professores e enfraquece o papel da escola como um espaço de construção democrática. A transformação digital da educação, embora apresentada como inovadora, representa uma continuidade das práticas privatistas.

Resultados esperados

Concluimos que a privatização é constitutiva de correlação de forças entre projetos societários e, neste caso, a digitalização está inserida em um projeto mais amplo de naturalização das desigualdades sociais e econômicas, legitimando a dominação ideológica do capital e reduzindo a educação pública a um instrumento de adaptação às demandas do mercado (Srnicek, 2018). Assim, o avanço do mercado educacional digital

sobre a educação diz respeito a um processo de naturalização de uma determinada realidade social, que não apenas legitima como fomenta a transformação digital da educação, como a solução para os problemas da sociedade/educação, promovendo assim, novas ordens de subsunção da educação aos interesses do capital e às novas demandas produtivas dos mercados digitais.

Referências

ADRIÃO, Theresa; PERONI, Vera Maria Vidal. Consequências da atuação do Instituto Ayrton Senna para a gestão da educação pública: observações sobre dez casos em estudo. **Revista Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 6, n. 1, jan./jul, 2011.

ALVES, Giovanni. O Triunfo de Tanatos: Hipnocapitalismo e sociometabolismo da barbárie. **Revista Trabalho Necessário**, 21(44), 2023.

BRASIL. Lei nº 14.180, de 1º de julho de 2021. **Institui a Política de Inovação Educação Conectada**. Brasília, 2021.

BRASIL. Ministério das Comunicações, Ministério da Educação e Governo Federal. **Estratégia Nacional Escolas Conectadas (Cartilha)**. Disponível em <https://www.gov.br/mec/pt-br/escolas-conectadas/cartilha.pdf>, 2023.

BRASIL. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília: **Presidência da República**, Câmara da Reforma do Estado, Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1995.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel a Política e o Estado Moderno**. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

LIMA, Paula Valim de; PERONI, Vera Maria Vidal; PIRES, Daniela de Oliveira. Novas Tecnologias, Velhas Propostas: Soluções Educacionais Privadas do Analógicos ao Digital. **Revista Trabalho Necessário**, 22(48), 2024, 01-15, 2024. <https://doi.org/10.22409/tn.v22i48.62246>

LUKÁCS, György. **Ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 1967.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

MOROZOV, Evgeny. **To save everything click here: the folly of technological solutionism**. New York: Public Affairs, 2011.

MOROZOV, Evgeny. **Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política**. São Paulo: Ubu, 2018.

PERONI, Vera Maria Vidal. Implicações da Relação Público-privada para a Democratização da Educação. 2016. **Tese (Promoção para professor titular)** – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em https://www.ufrgs.br/gprppe/?page_id=194. Acesso em: 02 dez. 2022.

PERONI, Vera Maria Vidal. Relação público-privado no contexto de neoconservadorismo no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 41, e241697, 2020.

PERONI, Vera Maria Vidal (Org). **Relatório Implicações da Relação Público-Privada para a democratização da Educação na América Latina: Uruguai, Argentina, Venezuela, Chile, Bolívia e Brasil**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2021.

PIRES, Daniela de Oliveira. **A configuração jurídica e normativa da relação público-privada no Brasil na promoção do direito à educação**. Porto Alegre: UFRGS, 2015.

RIKOWSKI, Glenn. **Privatização em educação e formas de mercadoria**. Retratos da Escola, 11(21), 393–414, 2017.

SRNICEK, Nick. **Capitalismo de plataformas**. Buenos Aires: Caja Negra, 2018.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

WOOD, Ellen. **Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2003.